



APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO FÓRUM MUNDIAL PORTO 21

Cultura é pilar central da sustentabilidade



O Fórum Mundial Porto 21 edita as conclusões dos debates realizados no ano passado num relatório final que foca a cultura e as cidades como elementos essenciais no objetivo do desenvolvimento sustentável.

DORA TRONÇÃO
agenda@vidaeconomica.pt

Acaba de ser apresentado em Lisboa, na sede da Galp Energia, o relatório final do Fórum Mundial Porto21 sobre as Cidades e Desenvolvimento Sustentável, organizado em abril de 2013 na cidade do Porto. Trata-se de uma proposta inovadora, que visa conjugar os esforços das instituições e da sociedade civil num trabalho comum para consolidar compromissos e criar um plano de ação para a sustentabilidade, com base na experiência reunida nos últimos 20 anos, designadamente nas conclusões e trabalhos do Fórum Mundial Lisboa21, e acrescentando um novo debate com o qual se pretendem pôr em prática propostas, que permitam aproveitar as múltiplas vantagens competitivas da globalização em benefício da humanidade.

Neste relatório final, a cultura é apontada como elemento essencial e transversal para a conceptualização adequada da sustentabilidade e é por isso considerada como o 4º pilar para o desenvolvimento sustentável, acompanhando os pilares económico, social e ambiental. Trata-se de uma ponte entre a sustentabilidade e a sociedade que se expressa através da criação de projetos, iniciativas, programas e soluções concretas. O desenvolvimento sustentável é uma questão cultural e uma questão de educação, segundo o relatório coordenado por José Luís Moreira da Silva (Partner SRS Advogados). "O desenvolvimento ou será cultural ou não terá sustentabilidade"; "sem dimensão cultural, o desenvolvimento não terá consistência, nem estará ao serviço do homem todo e

Conclusões do relatório Fórum Porto 21 sobre as cidades e desenvolvimento sustentável



- A cultura como 4º pilar da sustentabilidade, reiterado no Porto21.
- A criação de uma Agência Mundial da Água da ONU.
- A criação de uma Agência para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.
- Acordo para promover um desenvolvimento sustentável e inteligente a que se dá continuidade no Fórum 21.

de todos os homens. É preciso mudar de atitude e a educação é decisiva na formação dessa nova atitude perante os problemas do desenvolvimento". [A carta da Terra, nascida na Cimeira do Rio 92, é um poderoso instrumento educativo a este respeito, onde se inscreve também o compromisso de aceitar a cultura, património moral da sociedade, como quarto pilar do desenvolvimento sustentável]. A cultura adquire importância redobrada em tempos de globalização. O património cultural, além do valor histórico identitário, tem uma relevância turística e económica que justificam a sua defesa e promoção. A valorização do património passa pelo respeito pelas opções culturais, religiosas e morais de cada um. A realidade Ibérica é um fator indissociável da cultura e da sociedade europeia e, neste relatório, recomenda-se a criação de um

Observatório Ibérico da Cultura e da Sustentabilidade. Indo mais além, constituindo a cultura europeia uma contribuição essencial para o princípio universal da sustentabilidade, convidam-se as autoridades e as instituições da UE a reconhecer a cultura como fator decisivo do princípio da sustentabilidade. Este conceito cultural e educativo deve ser incorporado em projetos e programas europeus com o apoio ao desenvolvimento sustentável e base para a promoção de políticas públicas sustentáveis. Os fundos comunitários devem ter um papel determinante na criação de mais emprego através da cultura. Devem ser integradas as iniciativas dos cidadãos e das autoridades locais na interdependência cultura/sustentabilidade como princípio orientador de programas, iniciativas e projetos de interesse comum europeu.

Cidade do México quer acolher iniciativa com 20 cidades do mundo

Outro destaque do relatório final vai para as cidades. E aqui a novidade de que a Cidade do México se voluntariou como cidade anfitriã de uma iniciativa, unindo 20 cidades do mundo em torno do tema do desenvolvimento sustentável, na perspectiva de criar um G 20 das cidades e de replicar as iniciativas do Fórum Sória, Porto e Lisboa. A intensificação do processo de urbanização dificulta o desenvolvimento sustentável das cidades, impondo-lhe desafios como a eficiência energética, a qualidade da gestão da água, saneamento básico, mobilidade dos transportes e poluição atmosférica. As cidades representam mais de 50% da população mundial e onde 80% dos cidadãos da União Europeia habitam. Por esta razão, e fruto da conferência do Rio+20, deve ser implementado um plano de ação para a sustentabilidade, aplicando soluções baseadas no desenvolvimento sustentável e em valores criativos. As áreas urbanas são o motor do desenvolvimento económico, criam emprego e prestam serviços públicos como a educação, saúde, transporte. Estão associadas também à degradação ambiental, congestionamento e marginalização económica e social. As cidades consomem 75% da energia mundial - a efi-

ciência energética relaciona-se diretamente com a economia e necessita de um constante investimento, principalmente quando se pensa nos edifícios e nos transportes sustentáveis e eficientes. A energia é o maior desafio das cidades que devem pensar-se mais como produtores do que como consumidores. Para que tal seja possível, a tecnologia revela-se o melhor instrumento. A produção própria e individual de energias é um fator através do qual se poderá criar um ambiente mais compatível com o conceito de sustentabilidade. Uma sociedade em que o Estado está encarregue de tudo e a sociedade civil de nada, não tem futuro. O sistema educativo deve estar preparado para cultivar o espírito empreendedor para que os futuros profissionais operem em setores que mais valores tragam às suas atividades. É de referir ainda Declaração de Lisboa21, apresentada no Rio+20, onde se solicitou a criação de uma Agência de Desenvolvimento Sustentável e uma Agência da Água da ONU, bem como o acordo para promover um desenvolvimento sustentável e inteligente. A proposta da organização do Fórum é que estas agências se localizem naturalmente em Espanha e em Portugal, países impulsionadores do Fórum 21.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO FÓRUM MUNDIAL PORTO 21

PRESIDENTE DO FÓRUM SÓRIA 21, AMALIO MARICHALAR, AFIRMA

“Criação de Observatório Ibérico é importante para dar seguimento a questões ambientais”

DORA TRONÇÃO
agenda@vidaeconomica.pt

A questão cultural é referida e acentuada durante todo o relatório final do Fórum Mundial Porto 21, mas dado o envolvimento de Espanha e Portugal, a cultura ibérica assume particular relevância. Amalio Marichalar, presidente do Fórum 21 e grande impulsionador de todos estes debates, frisa que essa cultura existe e inclusive ao nível empresarial. “De alguns anos para cá, não muitos, há muitas mais relações comerciais e empresariais entre os países Espanha e Portugal e isso fortalece a união em temas capitais como a economia, o emprego, a responsabilidade social, entre outros, mas há margem para uma relação mais intensa entre Espanha e Portugal. Os temas ambientais, conforme confirmou o Ministro Português do Ambiente, são também essenciais entre Portugal e Espanha, temas importantes a debater e regular para, com inovação, lhes



Amalio Marichalar considera que Europa tem uma vantagem competitiva em termos culturais no que concerne às questões do desenvolvimento humano e social que devem aproveitar-se e os Fundos Europeus devem contemplar esta vertente cultural do desenvolvimento sustentável.

dar uma solução. As empresas têm esse grande desafio, tanto espanholas como portuguesas e têm vindo a organizar seminários para ver se se conseguem profissionalizar mais

ao nível económico, mas também, defendendo, a médio e longo prazo a criação de uma estratégia que possa beneficiar todas as empresas e instituições ao nível do desenvol-

vimento sustentável. Em Espanha há muitos anos que estamos a fazer este trabalho de sensibilização, enquanto em Portugal há cinco anos que estamos a colaborar, mas tudo depende muito da sensibilidade das pessoas que ocupam os cargos. Logo, é importante a presença do Ministro do Ambiente porque é quem impulsiona as iniciativas, sendo claro que os debates que envolvem vários setores são importantes para avançar”.

No âmbito desta ideia da cultura ibérica, consta do relatório final do Fórum Mundial Porto 21 a criação de um Observatório Ibérico, que Amalio Marichalar explica como sendo “uma muito boa oportunidade para fazer estas questões ambientais terem seguimento. É muito importante também que nos fundos de estratégia de inovação europeia, aprovados recentemente no Parlamento Europeu, seja incorporada a janela da questão cultural como impulsionadora de um desenvol-

vimento sustentável inteligente e um reequilíbrio entre os três pilares de sustentabilidade: o económico, social e ambiental. Europa tem ativos intangíveis essenciais para colocar em marcha o processo de desenvolvimento económico e humano. Vamos agora a Bruxelas entregar o relatório ao Parlamento Europeu. Temos uma grande oportunidade na Europa e uma vantagem competitiva, apostando nestas questões principalmente: sustentabilidade baseada em princípios sólidos e o que representa a cultura como melhor gestão de toda uma sociedade na Europa. A Europa deu este exemplo em relação ao mundo.” Quanto a ter a representação das agências para a água e para a eletricidade em Espanha e Portugal, Amalio Marichalar diz que há ainda que perceber quais as possibilidades reais disto acontecer, mas considera que “há muitos fundos que podem vir para Portugal neste âmbito”.

ANTÓNIO NETO DA SILVA, CEO DA FINANCETAR, AFIRMA

“Os países em si e as cidades são os núcleos de competitividade e não as empresas”

DORA TRONÇÃO
agenda@vidaeconomica.pt

O CEO da Financetar, António Neto da Silva, começou na sua alocução por destacar o facto dos eixos principais do programa do Fórum Mundial Porto 21 serem comuns aos eixos do Horizonte 20-20. No entanto, António Neto da Silva foi o mais assertivo no que concerne às intervenções nesta sessão de apresentação do Fórum Mundial Porto 21, demonstrando preocupação em relação ao real estado do planeta Terra e das atuações concretas por parte de quem lidera. “Porque estamos preocupados com estas questões? Porque parece haver tanta hipocrisia a nível mundial? Os países, os grandes responsáveis internacionais debatem as questões energéticas, do clima, da sustentabilidade, mas tudo fica em palavras e muito pouco passa à prática. A consciencialização da sociedade está praticamente feita, mas ainda não começaram a exigir a implementação daquilo que foi o Rio, África do Sul e já passaram 30 anos sobre declarações muito importantes que, ainda hoje, se não forem cumpridas podem ser muito perigosas”. “Uma coisa que a civilização ocidental fez, foi acreditar que dominava

a natureza, mas esquecemos que a natureza é muito mais forte que o Homem e que temos de controlar fundamentalmente a ganância do Homem da necessidade do curto prazo em detrimento daquilo que será ao futuro dos nossos netos e filhos. A Terra é um planeta finito e tal como um queijo não pode ser cortado às fatias indefinidamente. O planeta Terra, pela primeira vez na história conhecida, não consegue renovar os seus recursos. Se não agirmos, estamos a caminho de uma catástrofe que pode pôr em causa a sobrevivência humana”.

O futuro das cidades é um ponto extremamente importante de acordo com António Neto da Silva, seguindo a mesma orientação do relatório do Fórum. “A nível mundial 50% da população está concentrada em cidades e, se viermos para a Europa, 80% da população está nas cidades, as cidades consomem 75% da energia que é produzida. Aquilo que vemos como uma unidade em que as pessoas vivem muito melhor do que no campo e nas regiões agrícolas não é assim porque há getos de extrema pobreza, nas zonas rurais funciona a economia extensiva. A ideia do grupo das maiores cidades mundiais [Encontro a realizar na Cidade



António Neto da Silva, CEO da Financetar, alerta para a necessidade de cada entidade e instituição ser competitiva ao nível global.

do México em outubro de 2014] que resultou do Fórum do Porto e que segue o caminho é extremamente importante neste âmbito”.

O CEO da Financetar aproveitou esta colaboração entre Espanha e Portugal para salientar que apesar de se dizer que não haverá outra guerra entre Portugal e Espanha, a água pode ser uma razão para que isso aconteça. “A medida que a desertificação avança e a

água começa a faltar, se Espanha começa a desviar os rios, os portugueses vão ter de ir atrás”. Estando juntos na União Europeia, esta situação pode ser amenizada, mas “o risco existe e não é teórico”.

Outro ponto focado pelo CEO da Financetar foi não ser possível aos países emergentes continuar a crescer ao ritmo atual assim como os países desenvolvidos continua-

rem ao ritmo a que estão habituados a crescer sem que sejam necessários quatro planetas.

“É um facto estudado. Se por ventura os países emergentes atingirem um nível de vida como o nosso são precisos quatro planetas para fornecer todos os recursos necessários o que prefugira um dilema político que é como convencer os países que estão a sair de um nível de subsistência como a China, Índia, entre outros, de que não podem crescer a grande velocidade e se calhar não podem crescer muito enquanto nós atingimos este desenvolvimento e, dizem eles, fomos nós os culpados pelo nível de poluição que atingimos. Há um trade-off terrível. É muito difícil politicamente. É preciso encontrar soluções. Outro trade-off terrível é a questão da globalização versus desenvolvimento sustentável”. “Hoje o problema é outro e o processo de globalização competitiva não é comercial porque já não competimos através das mercadorias. Já não é o problema de universalização europeia. Os países em si e as cidades são os núcleos de competitividade e não as empresas. É preciso verificar que hoje a ideologia dominante é a ideologia da globalização competitiva que implica que cada entidade seja competitiva a nível mundial”.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO FÓRUM MUNDIAL PORTO 21

Portugal poderá ser um bom fornecedor de energias renováveis da UE

DORA TRONÇÃO
agenda@vidaeconomica.pt

Jorge Moreira da Silva, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, marcou presença na apresentação do relatório final do Fórum Mundial Porto 21 e acentuou que vivemos perante um contexto especial em que grandes decisões à escala global, europeia, mas também da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) serão tomadas. "Está para breve o reforço da política energética no seio da CPLP e a energia ganha uma relevância cada vez maior na comunidade lusófona. Grande parte das descobertas recentes de petróleo e de gás, no dito offshore (quase 50%), foram em países da CPLP. Estes países têm na área das energias renováveis uma diversidade e quantidade invejável à escala global. Temos de fazer o main streaming da energia no âmbito da CPLP. Será uma das decisões que marcará a presidência de Moçambique e seguramente irá despertar um interesse internacional cada vez maior sobre recursos, empresas, conhecimento e infraestruturas disponíveis nesta área", assegurou o Ministro.

No contexto europeu, a UE tem uma visão estabilizada no setor da energia para 2020 com uma redução e CO2 em 20%, 20% de essencial energética e 20% de energia renováveis. Estamos a caminho do desenho global: em setembro de 2014, o secretário-geral das Nações Unidas estará com o chefe de estado do governo numa cimeira sobre alterações climáticas e, em 2015, em Paris, é esperado um acordo pós Quioto, em que todos os países terão objetivos vinculativos de contenção ou redução das emissões. Para que tal se concretize, "a UE não pode deixar de ter uma posição ambiciosa, firme, realista, que compatibilize competitividade na nossa indústria com sustentabilidade no uso de recursos e solidariedade intergeracional. Nesse contexto há vantagem em tomar decisões já. Do contacto com o processo de decisão das empresas chego à conclusão que mais do que metas ambientais ambiciosas, as empresas recebem a incerteza. Há portanto todo o interesse em fixar metas para 2030 e uma visão da economia mais ampla para 2050, permitindo às empresas incorporar esta nova realidade no processo de decisão".

No que diz respeito à eletricidade, o facto da Península Ibérica enfrentar um estrangulamento não deve ser visto como um problema português e espanhol, mas europeu. Se a UE vai avançar com metas de 40% de CO2 em 2030, 40% de renováveis em 2030, o que está em causa é com que custos serão alcançadas Portugal, sendo um bom cumpridor de metas nas energias renováveis, por exemplo, logo poderá ser um bom



Jorge Moreira da Silva, Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Energia, pautou a intervenção por uma visão global em que abarcou objetivos nacionais, europeus e ao nível da comunidade lusófona em termos ambientais.

fornecedor de energias renováveis da UE, de forma que não onera o contribuinte e consumidor de eletricidade e, no fundo, estaremos a permitir a outros países atingir as metas de energias renováveis com um custo mais baixo e a permitir a Portugal atrair investimento, criar novos projetos, que podem ser uma vantagem para Portugal, Espanha, Dinamarca, e pressupõe uma alteração da lógica de abordagem das interligações que é um tema arrumado muitas vezes nas infraestruturas no debate internacional.

Está em curso um grande acordo global para as alterações climáticas, "a UE tem de convencer os países emergentes ou em transição que cumpram as metas de contenção/redução e para isso tem de ser consistentes nas metas de sustentabilidade e nos objetivos do milénio. É por isso relevante o relatório aqui apresentado e a narrativa associada aos objetivos do milénio. Existem neste momento dois caminhos paralelos ligados ao desenvolvimento sustentável: os objetivos do milénio, com objetivos concretos na água, educação, questões sociais e a política de desenvolvimento sustentável e, neste momento, o objetivo é, até 2015, fundirmos estes dois pilares com uma visão articulada para o desenvolvimento sustentável para os objetivos do milénio. Portugal tem feito essa defesa que, a par dos objetivos do desenvolvimento sustentável, se integre um objetivo ligado ao saneamento porque está

integrada a água, mas não existe um objetivo para o tratamento de águas residuais e é dos mais ligados à erradicação de doenças e melhoria das condições de vida das populações. É neste contexto que o relatório do Fórum 21 e as decisões que são tomadas em Portugal e na UE e à escala global devem ser analisadas. Por isso me parece tão relevante que tenham assumido as cidades como um fator crítico e uma pressão significativa sobre os recursos e ao mesmo tempo a plataforma à que pode permitir a superação destes obstáculos, problemas ambientais. Nas cidades concentra-se 80% da população e 75% do consumo de energia, mas se virmos por outro ângulo, no dia em que criarmos condições na eficiência energética, na eficiência da água, na mobilidade sustentável, ordenamento do território, tendo políticas que reduzam as consequências ambientais resultantes da grande pressão demográfica, conseguiremos resolver o problema ambiental e energético à escala global".

Ministro do Ambiente enumera elementos relevantes às cidades portuguesas:

- Eficiência energética e eficiência na utilização de recursos hídricos

"Portugal tem um problema na eficiência destes dois mundos, fez uma aposta nas energias renováveis muito consistente; nas infraestrutu-

neamente uma grande vantagem da valorização deste recurso hídrico, na vertente energética, económica, regional, mas desperdiçamos 40% da água na vertente da distribuição, sendo que com alguns sistemas desperdiçamos 8% (EPAL, empresa à escala mundial com níveis elevados de eficiência), mas temos alguns concelhos com perdas de águas de 70% e 80%. 50% do preço da água resulta da eletricidade e metade da produção de eletricidade está associada à água e por isso deve fazer sentido nas cidades, esta relação cada vez mais próxima.

- Ordenamento do território

Está sujeito a aprovação na Assembleia um programa de reforma do território em que estão incluídas as propostas do Plano Diretor Municipal (PDM) que demora 10 anos a ser revisto neste momento e sendo por isso alvo de sucessivos planos de pormenor que geram incongruências entre si. Passa a haver apenas um plano, que terá uma lógica mais dinâmica porque a vida muda muito e a economia ainda mais. Nesta revisão do ordenamento do território queremos erradicar o solo urbanizável, dando garantias a quem tem direitos adquiridos, mas eliminando a situação em que o país está projetado para 40 milhões de habitantes quando residem apenas 10 milhões de habitantes em Portugal e uma lógica de reserva de solo expectante que fica à espera de uma decisão económica alimentada por uma perspectiva que já não existe de valorização e de crédito fácil. Existirão apenas duas classificações de terreno – rústico e urbano – em que os proprietários em três anos ou executam a programação que está feita ou programam o solo, evitando que o alvará caduque e o solo fique reservado para uma lógica de urbanização não consistente com o modelo de desenvolvimento. A classificação de solo será rápida e depende apenas de duas condições: a não existência de incompatibilidades ambientais e uma análise de viabilidade económica financeira.

- Reabilitação urbana

Apesar de em certos momentos ter havido financiamento para a reabilitação, esta não deixou de manter um paradigma de 7% da construção civil em Portugal e a média europeia é de 37%.

- Mobilidade

É necessário avançar para um paradigma de carregamento dos veículos elétricos na via pública, em casa, nos locais de trabalho e que sejam rápidos para criar condições para mobilidade elétrica. Ponderemos várias opções como a mobilidade a gás, mas a mobilidade elétrica poderá emergir como uma mobilidade mais sólida e é necessário ponderar custos versus tecnologia.

"A UE não pode deixar de ter uma posição, que compatibilize a competitividade da nossa indústria com a sustentabilidade no uso de recursos"

ras do gás, tem condições para a que a refinação de produtos petrolíferos assuma uma posição muito importante (melhorias das condições nas refinarias de Leixões e Sines), mas temos de olhar para a energia do lado da procura e não apenas da oferta. Do lado da oferta a transformação estrutural merece um consenso generalizado. Do lado da procura estamos perante alterações que pressupõem mudanças de paradigma de comportamento. Esta alteração na procura tem de ser acompanhada pela fiscalidade energética, condições para a edificação, fixação de objetivos energéticos nas compras públicas, mas estamos perante a alteração de paradigma de comportamento. Portugal tem uma intensidade energética demasiado elevada, dependência energética do exterior, também ainda muito elevada e, na área da água, é simultaneamente um dos países que enfrenta escassez de recursos hídricos tal como Espanha, estando no top ten do risco hídrico da lista da OCDE. Temos simulta-



**FÓRUM MUNDIAL
PORTO21
Cultura é pilar central
da sustentabilidade**